

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024 - MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

De: Giovanna Branco de Moraes Almeida Sorbo
<giovanna.almeida@vr.com.br>

Para: licitacao@saquarema.rj.gov.br <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Thiago Amaral da Silva <thiago.silva@vr.com.br>, Fernanda Ramos Vieira <fernanda.ramos@vr.com.br>, Renan Duarte Sampaio <renan.sampaio@vr.com.br>, Juliana da Silva Araujo <juliana.araujo@vr.com.br>, Manuella Di Bene Roeda Ruiz <manuella.ruiz@vr.com.br>, Ana Paula Pereira Lourenco <ana.lourenco@vr.com.br>, Viviane Kelly Di Gioia <viviane.gioia@vr.com.br>

Cc:

Data: 29/08/2024 13:41



AO

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

Ref. Pedido de Esclarecimentos – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), boa tarde.

A **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem respeitosamente, solicitar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**, na forma abaixo:

Esclarecimento 1

Diante da publicação do Decreto 10.854/21 e a Medida Provisória nº 1.108/22, convertida em lei 14.442/2022:

Questionamos:

- Possuem inscrição no PAT? Se sim, qual CNPJ de inscrição?
- Utilizam os Incentivos Fiscais do PAT?
- Possuem o Regime Tributário calculado sobre o lucro real?
- Possuem em seu quadro funcionários Celetistas? Ou somente Estatutários?
- Qual o percentual de desconto que é realizado do trabalhador (limitado a 20%)?
- É correto entender que será vedada a apresentação de taxa negativa?
- E para efeito de cadastramento da proposta, será aceito taxa zero?

Esclarecimento 2

No intuito de elaborarmos a melhor proposta para esse i. Órgão e considerando que tais informações são de suma importância para sua elaboração, pergunta-se:

- Qual o atual fornecedor e a taxa praticada?
- Quando se encerrará o contrato atual?
- Qual a previsão de assinatura do novo contrato?
- Qual a previsão de início da vigência do novo contrato?
- Qual a previsão do início da execução do novo contrato?

Esclarecimento 3

Esclarecimento 2

-

No intuito de elaborarmos a melhor proposta para esse i. Órgão e considerando que tais informações são de suma importância para sua elaboração, pergunta-se:

- Qual o atual fornecedor e a taxa praticada?
- Quando se encerrará o contrato atual?
- Qual a previsão de assinatura do novo contrato?
- Qual a previsão de início da vigência do novo contrato?
- Qual a previsão do início da execução do novo contrato?

Esclarecimento 3

-

De acordo com as determinações da lei que veda expressamente a subcontratação de parcela do objeto, devemos entender que, enquanto não houver a regulamentação da modalidade "arranjo aberto" a contratada deverá possuir rede própria e não será possível subcontratar.

Está correto este entendimento?

Esclarecimento 4

-

Ainda sobre a rede credenciada e com a intenção de que o r. órgão disponha de serviços de elevado padrão, questionamos:

É correto entender que os itens listados abaixo deverão ser observados para a contratação?

1. A contratante poderá a qualquer tempo solicitar a empresa Contratada, o credenciamento de novos estabelecimentos, visando a melhoria no atendimento dos beneficiários;
1. Compreende-se como hipermercados e supermercados, as definições da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;
2. A contratante poderá realizar diligências junto aos estabelecimentos credenciados informados, para fins de verificação da real aceitação dos cartões alimentação/refeição da empresa contratada;
3. A contratada deverá manter nos estabelecimentos conveniados, em local visível, a identificação do convênio por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.
4. A contratada deverá possuir vínculo contratual com os estabelecimentos credenciados;
5. A contratada será responsável pelo descredenciamento de estabelecimentos no prazo de 5 dias, quando descumprirem as regras da legislação do PAT;
6. A contratada será responsável pelo reembolso dos estabelecimentos credenciados.

Está correto este entendimento?

Esclarecimento 5

-

Considerando a modernização natural das relações em que novas formas de contratação estão se destacando neste mercado, questionamos:

A assinatura do contrato, poderá ser feita por meio de certificado digital (ICP/Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200 - 2 de 24 de agosto de 2.001. Estamos corretos nesse entendimento?

Está correto este entendimento?

Esclarecimento 6

-

O processo de envio da NF-e é automático e enviado diretamente da prefeitura da CONTRATADA, onde o CONTRATANTE receberá o link da NF-e, desta forma atenderemos as exigências contratuais?

Esclarecimento 7

Em relação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD nº 13.709/2018, e a fim de viabilizar a prestação dos serviços, questionamos:

A contratante atuará como controladora durante a vigência contrato.

Está correto este entendimento?

Esclarecimento 8

O subitem 4.2.5 do Termo de Referência, informa que a contratada deve apresentar comprovação de que continua mantendo estabelecimentos credenciados.

No entanto, mesmo não tendo sido a intenção do r. órgão, tal exigência pode ser caracterizada como uma ofensa às regras da iniciativa privada e interferência direta na relação comercial entre os particulares, já que a responsabilidade da contratada é de manter durante toda a vigência do contrato o quantitativo mínimo de rede credenciada exigida no Edital e para sua comprovação existem outros meios.

Considerando que as regras referentes ao prazo para descredenciamento dos estabelecimentos são decididos e alinhados entre as partes envolvidas, e que desde que a contratada atenda o quantitativo mínimo exigido no Edital, em nada afeta a presente prestação de serviços, questionamos:

- É correto o entendimento de que a disponibilização da rede credenciada atualizada em tempo real no site e aplicativo, permitindo, a qualquer tempo, a consulta tanto pela contratante quanto pelos usuários também atenderá a necessidade do subitem citado acima?

Esclarecimento 9

Os cartões serão entregues no endereço da sede da Prefeitura de Saquarema/RJ: "Rua Coronel Madureira, nº 77, 1º andar, Centro, CEP: 28990-756, Saquarema-RJ", no prazo de 10 dias úteis, conforme item 5.2.1 do Termo de Referência.

É correto entender que o endereço e prazo de entrega são os mesmos para 2ª via dos cartões?

Esclarecimento 10

O edital prevê que o pagamento será realizado de forma pré-paga.

Colacionamos trecho de voto proferido o TRIBUNAL DE CONTAS /SP censurou o Chamamento Público nº 02/2023-RUSP publicado pela Universidade de São Paulo justamente ao item que se refere ao prazo de pagamento, conforme se observa do acórdão proferido nos autos do PROCESSO Nº 008227.989.23-3:

"Voto sobre o Pagamento Antecipado: Melhor detalhando, mencionados arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64 determinam que o pagamento da despesa pública somente pode ser realizado com a apresentação dos "comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço". Qualquer antecipação deste momento é exceção à regra da Lei 4.320/64 que demanda previsão expressa em Lei, o que não é o caso do objeto do Chamamento Público aqui analisado."

Ainda, o Tribunal de Contas da União possui o mesmo entendimento, vejamos:

23. Entende-se que o disposto no item 7 do edital, que prevê o pagamento devido à contratada no prazo de trinta dias, contados a partir da apresentação da fatura, não fere os dispositivos do decreto e da medida provisória ora mencionados. Depreende-se, da leitura dos referidos dispositivos, que a finalidade normativa é garantir a natureza pré-paga do benefício, ou seja, garantir que o trabalhador, antecipadamente, tenha o seu cartão eletrônico 'recarregado' com o crédito correspondente ao mês que terá de trabalhar.

24. Nesse sentido, o fato de o pagamento à gerenciadora ser feito em até trinta dias após a apresentação da fatura não impede, a princípio, que a sistemática prevista no decreto e na medida provisória se concretize, cabendo à contratada a negociação de prazos de repasse dos valores aos seus estabelecimentos credenciados. Além disso, não se verifica interesse público em uma eventual previsão de pagamento antecipado à gerenciadora dos cartões, tendo em vista a necessária exigência de garantias da contratada que resguardem a Administração dos riscos inerentes à operação, conforme dispõe a jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 2856/2019-Primeira Câmara, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues). Também não se verifica que essa disposição do edital implique prejuízos aos cofres das entidades contratantes. Improcedente, portanto, essa alegação do representante."

Questionamos:

- Diante da decisão acima, é correto entender que os pagamentos dos créditos serão efetuados pela contratante à contratada, após devidamente conferida e aceita a medição ou contados da apresentação da nota fiscal/fatura emitida, ou seja, na modalidade pós-pago, no prazo de 30 dias?

Esclarecimento 11

-

De acordo com o item a seguir:

"4.2.4. A comprovação deverá ser feita através de documento que demonstre a existência da relação contratual entre o estabelecimento comercial e a contratada. Este documento poderá ser contrato, demonstrativo de adesão ou, ainda, declaração do credenciado informando a existência do vínculo."

- É correto entender que a apresentação da NF-e que comprove a relação entre a CONTRATADA e o estabelecimento credenciado, também atenderá o item, descartando assim a necessidade de envio do contrato de credenciamento?

Esclarecimento 12

-

De acordo com os itens 4.1.7 e 4.1.8 do Termo de Referência:

4.1.7. A operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais.

4.1.8. A portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador.

A portabilidade e interoperabilidade ainda não se encontram operacionais, visto que não foram devidamente regulamentadas, ou seja, apesar da previsão legal da portabilidade e interoperabilidade, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em cartilha divulgada em agosto/2023, já se manifestou sobre a necessidade de regulamentação específica para que a portabilidade e interoperabilidade sejam possíveis na prática. ([GT Ferramentas - Análise e Tabulação dos Dados de Pesquisa - v03 \(www.gov.br\)](#))

Sendo assim, questionamos:

- É correto entender que a portabilidade e interoperabilidade ainda não serão exigidas, uma vez que embora legisladas, ainda é entendimento dos órgãos fiscalizadores que não há possibilidade fática para essas aplicações, portanto só serão exigidas no momento em que puderem ser operacionalizadas e se encontrarem devidamente regulamentadas?

Esclarecimento 13

-

É entendimento pacífico no Tribunal de Contas da União que a apresentação da rede credenciada deve ocorrer no momento da contratação, vejamos:

"A jurisprudência predominante nesta Corte de Contas é no sentido de que a exigência da apresentação da rede credenciada deve ocorrer na fase de contratação, sendo concedido prazo razoável para que a vencedora do certame credencie os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição, de modo que se possa conciliar a necessidade de obtenção de uma adequada prestação do serviço licitado e com o estabelecimento de requisitos que possibilitem ampla competitividade do procedimento licitatório" (Acórdãos nºs. 842/2010- TCU-Plenário, 7.083/2010-TCU-2ª Câmara, 587/2009-TCU Plenário).

EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REDE CREDENCIADA APENAS NA FASE DE CONTRATAÇÃO E NÃO PARA FIM DE HABILITAÇÃO NO CERTAME [...]. A representante alegou que a exigência de qualificação técnica contida no item 4.1.1.5.1.1 do edital constitui restrição ao caráter competitivo do certame, na medida em que deles exige prévia comprovação de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Amazonas, mediante relação escrita, com indicação de razão social, CNPJ e endereço. Além de contrária à jurisprudência do TCU, a exigência afasta a participação de empresas que atuam em outras regiões do Brasil, pois "somente as da localidade têm como provar, até a data da sessão pública, que possuem rede de estabelecimentos credenciados nos locais indicados". [...] Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados. Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.

Portanto, podemos entender que a apresentação da rede credenciada ocorrerá em 30 dias após a assinatura do contrato, a fim de que seja admitida a ampla competição sem qualquer parcialidade e/ou vício quanto a rede credenciada exigida nessa fase preambular?

Esclarecimento 14

Com relação ao valor estimado do presente certame, questionamos:

- É correto entender que o quantitativo inicial de funcionários que receberão o benefício é de 5.773?
- É correto entender que o valor unitário do benefício, a ser disponibilizado mensalmente em cada cartão, é de R\$ 650,00?
- É correto entender então que, multiplicando o quantitativo de funcionários de 5.773 pelo valor unitário mensal, totalizaria em um valor mensal de R\$ 3.752.450,00?
- É correto entender que, multiplicando o valor mensal por 12 meses, o total anual da presente licitação é de R\$ 45.029.400,00?
- É correto entender que o valor global previsto no edital de R\$ 4.858.620,00 está errado e será corrigido?
- É correto entender que o quantitativo de funcionários pode chegar a 12.458?

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

| | |
|--|---|
|   | <p>Giovanna Sorbo Negócios Governamentais</p> <p>(11) 91164-0804 giovanna.almeida@vr.com.br</p> |
|--|---|



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

REQUERENTE: VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROCESSAMENTO S.A - CNPJ: 02.535.864/0001-33

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90022/2024 - PROCESSO Nº 14.202/2023

Em resposta ao questionamento apresentado, esclarecemos o seguinte:

Esclarecimento 1

Possuem inscrição no PAT? Se sim, qual CNPJ de inscrição?

R: Não.

Utilizam os Incentivos Fiscais do PAT?

R: Não.

Possuem o Regime Tributário calculado sobre o lucro real?

R: Não.

Possuem em seu quadro funcionários Celetistas? Ou somente Estatutários?

R: Conforme o art. 1º, § 1º, da Lei nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, para fins de concessão do auxílio-alimentação, são considerados Servidores Públicos o detentor de cargo efetivo, o servidor estável, o ocupante de cargo em comissão, o agente político e os contratados por prazo determinado.

Qual o percentual de desconto que é realizado do trabalhador (limitado a 20%)?

R: O servidor recebe o valor integral do benefício, ou seja, não há desconto realizado sobre o auxílio alimentação recebido pelo servidor, no valor atual de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

É correto entender que será vedada a apresentação de taxa negativa?

R: Sim.

E para efeito de cadastramento da proposta, será aceito taxa zero?

R: O critério de julgamento por "Maior desconto por item" será aplicado considerando a oferta mais econômica, com base na Taxa Máxima de Administração, estabelecida em 5% (cinco por cento), que a administração está disposta a pagar, limitada a 0% (zero por cento).

A licitante também deverá levar em consideração o item 8.3 do edital, para que não apresente proposta inexecutável:



"8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto."

Esclarecimento 2

Qual o atual fornecedor e a taxa praticada?

R: Atualmente não há empresa contratada para o fornecimento do objeto em questão.

Quando se encerrará o contrato atual?

R: Atualmente não há empresa contratada para o fornecimento do objeto em questão.

Qual a previsão de assinatura do novo contrato?

R: A previsão de assinatura do novo contrato está diretamente atrelada ao pleno cumprimento de todas as etapas do processo licitatório. Dessa forma, a assinatura ocorrerá assim que o processo licitatório for finalizado, incluindo a adjudicação e homologação do objeto, além do atendimento a todos os requisitos legais.

Qual a previsão de início da vigência do novo contrato?

A previsão de início da vigência do novo contrato dependerá do pleno cumprimento de todas as etapas do processo licitatório.

Qual a previsão do início da execução do novo contrato?

A previsão de início da execução do novo contrato dependerá do pleno cumprimento de todas as etapas do processo licitatório.

Esclarecimento 3

De acordo com as determinações da lei que veda expressamente a subcontratação de parcela do objeto, devemos entender que, enquanto não houver a regulamentação da modalidade "arranjo aberto" a contratada deverá possuir rede própria e não será possível subcontratar.

Está correto este entendimento?

R: Sim, vale complementar que o objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões de alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, não cabendo subcontratação para o fornecimento do objeto.

Esclarecimento 4

Ainda sobre a rede credenciada e com a intenção de que o órgão disponha de serviços de elevado padrão, questionamos:

É correto entender que os itens listados abaixo deverão ser observados para a contratação?



A contratante poderá a qualquer tempo solicitar a empresa Contratada, o credenciamento de novos estabelecimentos, visando a melhoria no atendimento dos beneficiários;

Compreende-se como hipermercados e supermercados, as definições da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;

A contratante poderá realizar diligências junto aos estabelecimentos credenciados informados para fins de verificação da real aceitação dos cartões alimentação/refeição da empresa contratada;

A contratada deverá manter nos estabelecimentos conveniados, em local visível, a identificação do convênio por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

A contratada deverá possuir vínculo contratual com os estabelecimentos credenciados;

A contratada será responsável pelo descredenciamento de estabelecimentos no prazo de 5 dias, quando descumprirem as regras da legislação do PAT;

A contratada será responsável pelo reembolso dos estabelecimentos credenciados.

Está correto este entendimento?

R: Sim.

Esclarecimento 5

Considerando a modernização natural das relações em que novas formas de contratação estão se destacando neste mercado, questionamos:

A assinatura do contrato, poderá ser feita por meio de certificado digital (ICP/Brasil) instituída pela Medida Provisória nº 2.200 - 2 de 24 de agosto de 2.001. Estamos corretos nesse entendimento?

Está correto este entendimento?

R: Sim.

Esclarecimento 6

O processo de envio da NF-e é automático e enviado diretamente da prefeitura da CONTRATADA, onde o CONTRATANTE receberá o link da NF-e, desta forma atenderemos as exigências contratuais?

R: Sim.

Esclarecimento 7

Em relação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD nº 13.709/2018, e a fim de viabilizar a prestação dos serviços, questionamos:

A contratante atuará como controladora durante a vigência contrato.



Está correto este entendimento?

R: Sim.

Esclarecimento 8

O subitem 4.2.5 do Termo de Referência, informa que a contratada deve apresentar comprovação de que continua mantendo estabelecimentos credenciados.

No entanto, mesmo não tendo sido a intenção do órgão, tal exigência pode ser caracterizada como uma ofensa às regras da iniciativa privada e interferência direta na relação comercial entre os particulares, já que a responsabilidade da contratada é de manter durante toda a vigência do contrato o quantitativo mínimo de rede credenciada exigida no Edital e para sua comprovação existem outros meios.

Considerando que as regras referentes ao prazo para descredenciamento dos estabelecimentos são decididos e alinhados entre as partes envolvidas, e que desde que a contratada atenda o quantitativo mínimo exigido no Edital, em nada afeta a presente prestação de serviços, questionamos:

É correto o entendimento de que a disponibilização da rede credenciada atualizada em tempo real no site e aplicativo, permitindo, a qualquer tempo, a consulta tanto pela contratante quanto pelos usuários também atenderá a necessidade do subitem citado acima?

R: Sim.

Esclarecimento 9

Os cartões serão entregues no endereço da sede da Prefeitura de Saquarema/RJ: "Rua Coronel Madureira, nº 77, 1º andar, Centro, CEP: 28990-756, Saquarema-RJ", no prazo de 10 dias úteis, conforme item 5.2.1 do Termo de Referência.

É correto entender que o endereço e prazo de entrega são os mesmos para 2ª via dos cartões?

R: Sim.

Esclarecimento 10

O edital prevê que o pagamento será realizado de forma pré-paga.

Colacionamos trecho de voto proferido o TRIBUNAL DE CONTAS /SP censurou o Chamamento Público nº 02/2023-RUSP publicado pela Universidade de São Paulo justamente ao item que se refere ao prazo de pagamento, conforme se observa do acórdão proferido nos autos do PROCESSO Nº 008227.989.23-3:

"Voto sobre o Pagamento Antecipado: Melhor detalhando, mencionados arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64 determinam que o pagamento da despesa pública somente pode ser realizado com a apresentação dos "comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço". Qualquer antecipação deste momento é exceção à regra



da Lei 4.320/64 que demanda previsão expressa em Lei, o que não é o caso do objeto do Chamamento Público aqui analisado."

Ainda, o Tribunal de Contas da União possui o mesmo entendimento, vejamos:

23. Entende-se que o disposto no item 7 do edital, que prevê o pagamento devido à contratada no prazo de trinta dias, contados a partir da apresentação da fatura, não fere os dispositivos do decreto e da medida provisória ora mencionados. Depreende-se, da leitura dos referidos dispositivos, que a finalidade normativa é garantir a natureza pré-paga do benefício, ou seja, garantir que o trabalhador, antecipadamente, tenha o seu cartão eletrônico 'recarregado' com o crédito correspondente ao mês que terá de trabalhar.

24. Nesse sentido, o fato de o pagamento à gerenciadora ser feito em até trinta dias após a apresentação da fatura não impede, a princípio, que a sistemática prevista no decreto e na medida provisória se concretize, cabendo à contratada a negociação de prazos de repasse dos valores aos seus estabelecimentos credenciados. Além disso, não se verifica interesse público em uma eventual previsão de pagamento antecipado à gerenciadora dos cartões, tendo em vista a necessária exigência de garantias da contratada que resguardem a Administração dos riscos inerentes à operação, conforme dispõe a jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 2856/2019-Primeira Câmara, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues). Também não se verifica que essa disposição do edital implique prejuízos aos cofres das entidades contratantes. Improcedente, portanto, essa alegação do representante."

Questionamos:

Diante da decisão acima, é correto entender que os pagamentos dos créditos serão efetuados pela contratante à contratada, após devidamente conferida e aceita a medição ou contados da apresentação da nota fiscal/fatura emitida, ou seja, na modalidade pós-pago, no prazo de 30 dias?

R: O Edital está em conformidade com a legislação vigente que regula o funcionamento do PAT (Lei nº 14.442/2022), que VEDA de forma expressa quaisquer prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados. A contratada deve, dentro do prazo estabelecido, apresentar a prestação de contas do pagamento realizado antecipadamente pela Administração Pública, contendo a relação dos servidores beneficiados e os respectivos valores creditados nos cartões de alimentação.

Esclarecimento 11

De acordo com o item a seguir:

"4.2.4. A comprovação deverá ser feita através de documento que demonstre a existência da relação contratual entre o estabelecimento comercial e a contratada. Este documento poderá ser contrato, demonstrativo de adesão ou, ainda, declaração do credenciado informando a existência do vínculo."

É correto entender que a apresentação da NF-e que comprove a relação entre a CONTRATADA e o estabelecimento credenciado, também atenderá o item, descartando assim a necessidade de envio do contrato de credenciamento?

R: Será exigida a comprovação prevista no item 4.2.4 do Termo de Referência.



Esclarecimento 12

De acordo com os itens 4.1.7 e 4.1.8 do Termo de Referência:

4.1.7. A operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais.

4.1.8. A portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador.

A portabilidade e interoperabilidade ainda não se encontram operacionais, visto que não foram devidamente regulamentadas, ou seja, apesar da previsão legal da portabilidade e interoperabilidade, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em cartilha divulgada em agosto/2023, já se manifestou sobre a necessidade de regulamentação específica para que a portabilidade e interoperabilidade sejam possíveis na prática. (GT Ferramentas - Análise e Tabulação dos Dados de Pesquisa - v03 (www.gov.br))

Sendo assim, questionamos:

É correto entender que a portabilidade e interoperabilidade ainda não serão exigidas, uma vez que embora legisladas, ainda é entendimento dos órgãos fiscalizadores que não há possibilidade fática para essas aplicações, portanto só serão exigidas no momento em que puderem ser operacionalizadas e se encontrarem devidamente regulamentadas?

R: O item 4.1.8 do Termo de Referência está em conformidade com a legislação vigente que regula o funcionamento do PAT (Lei nº 14.442/2022).

Esclarecimento 13

É entendimento pacífico no Tribunal de Contas da União que a apresentação da rede credenciada deve ocorrer no momento da contratação, vejamos:

"A jurisprudência predominante nesta Corte de Contas é no sentido de que a exigência da apresentação da rede credenciada deve ocorrer na fase de contratação, sendo concedido prazo razoável para que a vencedora do certame credencie os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição, de modo que se possa conciliar a necessidade de obtenção de uma adequada prestação do serviço licitado e com o estabelecimento de requisitos que possibilitem ampla competitividade do procedimento licitatório"(Acórdãos nºs. 842/2010- TCU-Plenário, 7.083/2010-TCU-2ª Câmara, 587/2009-TCUPlenário).

EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REDE CREDENCIADA APENAS NA FASE DE CONTRATAÇÃO ENÃO PARA FIM DE HABILITAÇÃO NO CERTAME [...]. A representante alegou que a exigência de qualificação técnica contida no item 4.1.1.5.1.1 do edital constitui restrição ao caráter competitivo do certame, na medida em que deles exige prévia comprovação de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Amazonas, mediante relação escrita, com indicação de razão social, CNPJ e endereço. Além de contrária à jurisprudência do TCU, a exigência afasta a participação de empresas que atuam em outras regiões do Brasil, pois "somente as da localidade têm como provar, até a data da sessão pública, que possuem rede de estabelecimentos



credenciados nos locais indicados". [...] Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados. Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.

Portanto, podemos entender que a apresentação da rede credenciada ocorrerá em 30 dias após a assinatura do contrato, a fim de que seja admitida a ampla competição sem qualquer parcialidade e/ou vício quanto a rede credenciada exigida nessa fase preambular?

R: R: Conforme item 11.13 do TR: Considerando a extensão territorial do Município de Saquarema, que é de 352,130 km², e a densidade demográfica registrada no Censo 2022 do IBGE, de 254,34 habitantes por km², a empresa deverá fornecer e garantir, ao longo da vigência contratual, uma rede credenciada composta por no mínimo 50 (cinquenta) estabelecimentos comerciais situados no Município. E, conforme item 11.14 do TR: A Contratada deverá comprovar que possui o número mínimo de estabelecimentos credenciados no Município, conforme disposto no item 11.13 do TR, no ato da assinatura do contrato. A comprovação deve incluir o endereço, nome do estabelecimento, CNPJ e telefone.

Esclarecimento 14

Com relação ao valor estimado do presente certame, questionamos:

É correto entender que o quantitativo inicial de funcionários que receberão o benefício é de 5.773?

R: Sim.

É correto entender que o valor unitário do benefício, a ser disponibilizado mensalmente em cada cartão, é de R\$ 650,00?

R: Sim.

É correto entender então que, multiplicando o quantitativo de funcionários de 5.773 pelo valor unitário mensal, totalizaria em um valor mensal de R\$ 3.752.450,00?

R: Sim.

É correto entender que, multiplicando o valor mensal por 12 meses, o total anual da presente licitação é de R\$ 45.029.400,00?

R: Sim, é importante destacar que esse montante corresponde ao valor total anual destinado ao auxílio alimentação para os servidores, considerando o quantitativo de 5.773 beneficiários.

É correto entender que o valor global previsto no edital de R\$ 4.858.620,00 está errado e será corrigido?

R: O valor de R\$ 4.858.620,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais) refere-se ao Valor Global Anual Estimado da Taxa Máxima de Administração que o Município está disposto a pagar, e está correto para fins de estimativa da contratação.



O critério de julgamento por "Maior Desconto por Item" será aplicado com base na oferta mais econômica, considerando a Taxa Máxima de Administração de 5% (cinco por cento), que equivale a R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando uma taxa máxima anual de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por benefício, ao longo de 12 (doze) meses de contrato. Como o quantitativo de funcionários pode chegar a 12.458, o cálculo é o seguinte:

Valor Global Anual Estimado da Taxa Máxima de Administração = R\$ 390,00 x 12.458 = R\$ 4.858.620,00

Portanto, o valor global estimado no edital está correto e reflete adequadamente as condições previstas.

É correto entender que o quantitativo de funcionários pode chegar a 12.458?

R: Sim.

Saquarema, 30 de agosto de 2024.

Hailson Alves Ramalho
Secretaria Municipal de Administração,
Receita e Tributação